

Ministério das Relações Exteriores
Instituto Rio Branco

Ministério da Ciência e Tecnologia
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO EM 2010
BOLSA-PRÊMIO DE VOCAÇÃO PARA A DIPLOMACIA

Processo Seletivo

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira atentamente os seus dados pessoais, transcritos acima, com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Não se pode apertar mãos com punhos fechados.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do processo seletivo.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 5 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0((XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

L Í N G U A P O R T U G U E S A

Texto para itens de 1 a 8

1 Estereótipos não são, necessariamente, étnicos. É bom lembrar que, basicamente, o estereótipo
 é uma camisa de força, uma forma de controle social. Pode, por isso, aplicar-se a classes sociais em uma
 comunidade nacional, não importando se essas classes estão definidas etnicamente. Na verdade, a
 4 definição de estereótipo como noção ligada a questões étnicas serve apenas para reforçar e justificar
 preconceitos. Por exemplo, na Inglaterra, o estereótipo do elemento oriundo da classe operária que
 enriquece tem suas raízes no preconceito social existente na burguesia inglesa, enquanto, no Brasil, o
 7 estereótipo do novo-rico pode ser aplicado como uma expressão de preconceito social e racial, um
 reforçando o outro na mentalidade da burguesia brasileira. Isso tudo não altera o fato de que, seja quem
 for a vítima e seja qual for o motivo, os estereótipos congelam a personalidade do receptor e apagam sua
 10 individualidade, dotando-o com características que se adaptam ao ponto de vista *a priori* do percebedor
 em relação à classe social ou étnica, ou, ainda, à categoria sexual de sua vítima.

O ser estereotipado é, assim, a corporificação física de um mito baseado, imediatamente, na
 13 visão que o percebedor tem do papel sociocultural de seu receptor e do seu próprio. Mais precisamente,
 o mito deve ser visto no contexto de uma dialética na qual o receptor corporifica uma negação do
 percebedor e, portanto, uma negação de padrões socioculturais aceitáveis. Em lugar nenhum tal fato é
 16 mais aparente do que na situação de colonialismo, do qual a escravidão africana no Novo Mundo foi
 somente uma variante.

D. Brookshaw. *Raça e cor na literatura brasileira*. Marta Kirst (Trad.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 10 (com adaptações).

Acerca das ideias expressas no texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 Depreende-se do texto que o estereótipo resulta da forma pela qual o sujeito percebe o outro. Assim, conclui-se que a formação de estereótipos decorre da observação objetiva da realidade social em que esses sujeitos estão inseridos.
- 2 O texto estende o conceito de estereótipo a categorias outras que a étnica, explorando os efeitos negativos dos estereótipos sobre aqueles que o sofrem.
- 3 Infere-se do texto que o conceito de estereótipo origina-se de questões e conflitos coloniais.
- 4 O autor estabelece uma relação entre o preconceito de classe existente na Inglaterra e aquele observado no Brasil, ambos de fundamentação essencialmente racial.
- 5 A experiência colonial é apresentada como elemento que, ao mesmo tempo, exemplifica e corrobora os argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

Julgue os itens a seguir, referentes às relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

- 6 As expressões “por isso” (l.2), “enquanto” (l.6), “ainda” (l.11) e “portanto” (l.15) têm, no texto, a mesma função sintática e discursiva, o que justifica estarem isoladas por vírgulas.
- 7 A relação estabelecida, no texto, entre estereótipo e “camisa de força” (l.2) ressalta o fato de a vítima da visão estereotipada estar presa à imagem que a ela é atribuída, independentemente de suas ações.
- 8 A expressão “*a priori*” (l.10) complementa o sentido da forma verbal “se adaptam” (l.10), indicando que a adaptação das características do receptor ocorreu a partir de elementos pressupostos.

Texto para os itens de 9 a 17

1 A questão de uma identidade latino-americana tornou-se não apenas atual, mas premente, sobretudo ao longo do século XX. Sua origem está em uma experiência marcante de contraste e de
 4 contradição com a memória do regime colonial, com os projetos nacionais e liberais decorrentes dos processos de autonomia política, com os mecanismos de dependência econômica e financeira e, principalmente, com a pluralidade da composição social de suas populações.

Uma das características do esforço de autodefinição das sociedades latino-americanas
 7 desenvolve-se mais particularmente na segunda metade do século, com a grande variedade de ensaios de cunho literário e com os resultados das ciências sociais obtidos por latino-americanos, que passam a desempenhar papel relevante no cenário mundial. A América que vinha sendo dita latina por terceiros
 10 quer proclamar-se América e latina por si própria. A simples contraposição com a Europa (em especial com as antigas metrópoles coloniais) ou com a América de língua inglesa tem grandes lacunas. O sentimento generalizado de pertencimento à história da expansão da cultura europeia é necessário, mas
 13 não suficiente para consolidar a legitimidade social e cultural da composição e da pluralidade social na América de fala espanhola e portuguesa. E isso mesmo se essas Américas receberam significativa contribuição de correntes migratórias renovadas. Os caminhos percorridos nos Estados Unidos da
 16 América (EUA) e no Canadá foram — e são — bem distintos dos que percorrem as Américas latinas.

Assim, são os próprios latino-americanos ou brasileiros que procuram ser latino-americanistas ou brasilianistas, não apenas por sorte de ousadia política, mas por força de abordagem científica da
 19 constituição eventual de uma latino-americanidade alçada dos traços de formação social e cultural de suas sociedades. O objetivo de conceber e redigir uma história em que o tom fosse dado por latino-americanos, não em uma espécie de etnocentrismo que substitua outros etnocentrismos, como o europeu
 22 ou o norte-americano, mas que sirva de substrato a uma síntese da pluralidade real das Américas Latinas, é uma contribuição relevante para a concepção, a construção e a consolidação de uma identidade macrorregional latino-americana.

E. C. R. Martins. *América Latina: cultura histórica e identidade*. In: C. B. Carmona e H. Sewierski (Orgs.). *Heranças e desafios da América Latina: Brasil e Chile*. Brasília: Universidade de Brasília, Oficina Editorial do Instituto de Letras: Plano Editora, 2003. p. 29-30 (com adaptações).

Com base no texto, julgue os itens subsequentes.

- 9 Depreende-se do texto que são os latino-americanos que devem construir o significado de latino-americanidade, pondo fim a uma era em que esse sentido era definido pelo olhar estrangeiro do estudioso europeu ou estadunidense, por exemplo.
- 10 O texto apresenta uma crítica àqueles que alicerçam sua visão de América Latina na diferença ou na oposição entre essa região e a Europa ou a América de colonização britânica.
- 11 O texto deixa transparecer a relação entre literatura e questões de identidade, o que permite vincular o fazer literário a temas como pertencimento e ideologia culturais.
- 12 O texto tem natureza essencialmente descritiva, uma vez que informa o leitor a respeito das mudanças paradigmáticas e epistemológicas no estudo de questões ligadas à identidade de cada nação latino-americana.

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens que se seguem.

- 13 A expressão “alçada dos” (l.19) tem o sentido de **erigida sobre os** ou **fundamentada nos**, podendo ser por essas substituída sem prejuízo semântico nem gramatical ao texto.
- 14 As palavras “premente” (l.1), “decorrentes” (l.3), “correntes” (l.15) e “relevante” (l.23) são formadas pela adição de um sufixo a uma forma verbal e são usadas, no texto, como adjetivos.
- 15 O pronome “Sua” (l.2) tem como referente a expressão “identidade latino-americana” (l.1).
- 16 A expressão “as Américas latinas” (l.16) exerce a função de sujeito da forma verbal “percorrem” (l.16).
- 17 O vocábulo “sorte” (l.18) refere-se às venturas advindas da ousadia política.

Texto para itens de 18 a 32

1 Quando começa a modernidade? Bem antes que
 tentassem me convencer de que a data de nascimento da
 modernidade era um espirito cartesiano, ou então novo interesse
 4 empírico pela natureza que transpira das páginas do *Novum
 Organum* de Bacon, ou ainda a abertura dos primeiros bancos
 — bem antes de tudo isso, quando era rapaz, se ensinava que
 7 a modernidade começou em outubro de 1492. Nos livros da
 escola, o primeiro capítulo dos tempos modernos eram e são as
 grandes explorações. Entre elas, a viagem de Colombo ocupa
 10 um lugar muito especial. Descidas Saara adentro ou
 intermináveis caravanas por montes e desertos até a China de
 nada valiam comparadas com a aventura do genovês. É preciso
 13 conceber o alcance simbólico do pulo além de Gibraltar, não
 pela costa, mas reto para frente. É preciso, em outras palavras,
 evocar o mar Mediterrâneo — esse pátio comum navegável e
 16 navegado por milênios, espécie de útero vital compartilhado —
 para entender por que a viagem de Colombo acabou e continua
 sendo uma metáfora para o fim do mundo fechado, do
 19 abandono da casa materna e paterna.

Havia duas ordens de explicações para as grandes
 descobertas e para a viagem de Colombo. A materialista não
 22 faltava nunca: procura de novas riquezas e necessidade de
 conquistas. Outra, mais ideológica, ou mesmo idealizada,
 também sempre presente, atribuía o empreendimento ao
 25 indomável desejo de saber e conhecer novas coisas. Aqui,
 Dante era regularmente convocado em sua descrição da última
 viagem de Ulisses que, apesar de ter tanto desejado voltar para
 28 sua casa e família, toma de novo o caminho do mar aberto.

Dante escreve quase um século e meio antes da
 viagem de Colombo, logo quando o espírito da modernidade
 31 produzia a dita segunda Renascença. E ele é certamente um dos
 ideólogos da modernidade. A visão dantesca de Ulisses é quase
 uma declaração de intenções do sujeito moderno e, portanto,
 34 uma espécie de explicação antecipada da viagem de Colombo.
 O herói de Homero volta para seu lugar após os longos anos do
 sítio de Troia e 10 anos de Odisseia; ele volta para o lugar onde
 37 sua legitimidade de rei, esposo e pai é atributo eterno de seu ser
 e onde, apesar da longa ausência e dos usurpadores, ele sempre
 será reconhecido. Já o Ulisses moderno de Dante se cansa
 40 desse lugar demasiado “seu” e deixa reino e família para
 embarcar com poucos amigos em uma viagem sem destinação
 e sem volta. Ulisses retoma a estrada ou, melhor dito, o oceano
 43 para, segundo o poeta italiano, conhecer o mundo, os vícios
 humanos e o valor. Esse objetivo pode ser entendido de duas
 maneiras.

Por um lado, tem-se a paixão de descobrir vícios e
 valores de outros homens — uma espécie de curiosidade
 antropológica especificamente moderna. Por outro lado, os
 49 vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus
 companheiros podem ser seus próprios. Nesse caso, Ulisses
 abandona o lugar que a tradição lhe garante (como rei e pai)
 52 para descobrir algo de si mesmo que estaria além de suas
 funções sociais garantidas e que estaria menos no passado e no
 presente e mais em um futuro a ser inventado.

C. Calligaris. A psicanálise e o sujeito colonial. In: E. L. A. Susa (Org.).
 Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil. Porto
 Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 11-3 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes às relações semânticas e
 discursivas do texto.

- 18 A expressão “espirito cartesiano” (ℓ.3) pode ser interpretada
 como crítica à visão da modernidade como manifestação do
 cientificismo e racionalismo.
- 19 Com o trecho entre travessões nas linhas 15 e 16, o autor quer
 enfatizar o caráter xenofóbico e de isolamento cultural
 associado a “mar Mediterrâneo” (ℓ.15).
- 20 Segundo o texto, há controvérsias quanto à data fundacional da
 modernidade. Essa discordância é o ponto de partida da
 argumentação do autor.
- 21 Na linha 1, como a função da pergunta é prender a atenção do
 leitor, o ponto de interrogação pode ser corretamente
 substituído por ponto-final ou dois-pontos.

Acerca das estruturas gramaticais e semânticas e dos processos
 coesivos do texto, julgue os itens que se seguem.

- 22 A inserção de **se** ou de **quando** imediatamente antes de
 “comparadas” (ℓ.12) manteria a correção gramatical e o sentido
 do período.
- 23 As formas verbais “tentassem” (ℓ.2) e “se ensinava” (ℓ.6)
 indicam ações realizadas por sujeitos que permanecem
 indeterminados no texto, assim como a forma verbal “É”
 (ℓ.14).

Com relação ao texto, julgue os itens seguintes.

- 24 Na linha 22, o sinal de dois-pontos introduz uma explicação
 para a motivação materialista das viagens marítimas associadas
 às grandes descobertas dos séculos XV e XVI.
- 25 Nos dois primeiros períodos do terceiro parágrafo, o autor
 reconhece o papel de Cristóvão Colombo na construção do
 conceito de modernidade que se concretiza com o domínio
 colonial: Colombo é incluído entre os “ideólogos da
 modernidade” (ℓ.32).
- 26 O adjetivo “dantesca” (ℓ.32) é utilizado metaforicamente para
 designar algo assustador, uso que remete à visão que se tinha
 das viagens por mar na Antiguidade.
- 27 O fragmento “apesar da longa ausência e dos usurpadores”
 (ℓ.38) pode ser deslocado para o final do período sem prejuízo
 para a correção gramatical do trecho, desde que mantida a
 vírgula antes de “apesar” e omitida a vírgula logo após
 “usurpadores”.
- 28 O gênero textual predominante no texto consiste em tratado
 científico, conforme se conclui da presença de vocabulário
 especializado e de linguagem objetiva, literal e impessoal.
- 29 Segundo o texto, a descoberta da América sobrepe-se a
 quaisquer outras atividades exploratórias dos europeus
 realizadas até então.

Os itens a seguir apresentam reescrita do trecho retirado do texto “Por outro lado, os vícios e o valor atrás dos quais correm Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.” (l.48-50). Julgue-os quanto à correção gramatical e à manutenção do sentido original do trecho.

30 Por outro lado, os vícios e o valor almeçados por Ulisses e seus companheiros podem ser o deles mesmos.

31 Outrossim, os vícios e o valor determinados por Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

32 Não obstante, os vícios e o valor que precederam Ulisses e seus companheiros podem ser seus próprios.

Considerando que os fragmentos incluídos nos itens seguintes, na ordem em que estão apresentados, são partes sucessivas de um texto adaptado de Aryon Dall’Igna Rodrigues — **Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil**. In: **Revista Ciência e Cultura**, ano 57, n.º 2, abril/maio/jun./2005, p. 35-6 —, julgue-os quanto à correção gramatical.

33 Dados demográficos revelam a situação preocupante da maioria das línguas indígenas no Brasil. No plano mundial, tem-se considerado que qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas está ameaçada de extinção.

34 Todas as línguas indígenas em terras brasileiras tem menos de 40 mil falantes, sendo que a mais forte, a tikúna falada no alto Solimões apenas, ultrapassa os 30 mil. O aspecto mais grave é que muitas dessas línguas contam com menos de 1 mil falantes.

35 A única estimativa de que dispomos sobre a diversidade das línguas indígenas existentes no Brasil há 500 anos, antes do início da colonização desta parte da América do Sul pelos europeus, é de 1992.

36 Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. Presentemente, são faladas no Brasil 181 línguas indígenas.

37 Esse número admite pequena margem de erro para mais ou para menos, e é possível que nele estejam incluídas duas ou três línguas que deixaram de ser faladas nos últimos cinco anos.

1 Axé, afoxé e babalorixá são termos bastante comuns na fala dos brasileiros. Eles foram incorporados à nossa cultura pelo candomblé nagô, que tanto foi divulgado nos trabalhos de
4 Roger Bastide e Pierre Verger. Mas outra forma de candomblé vem experimentando expansão e popularidade desde o final da década de 80 do século XX: a da nação angola ou,
7 simplesmente, o candomblé angola. Valorizada pelo ativismo dos movimentos negros e reforçada por iniciativas como a criação de um curso de língua quicongo na Universidade da
10 Bahia, essa vertente passou a ganhar atenção e estudos. E isso dentro de um contexto de resgate do papel do povo banto na construção da afro-brasilidade.

13 A sequência de eventos que vai do primeiro desembarque português no rio Congo, em 1482, até o início da colonização do Brasil e de Luanda, no século XVI, determinou
16 a precedência dos africanos bantos na formação da civilização brasileira. Assim, é fácil intuir que, bem antes de orixás, voduns e bonçus — divindades específicas da região do golfo da Guiné —, os baculos (antepassados) e inquices bantos (nome que designa espécies de forças sobrenaturais e também
19 os objetos que as contêm) já seriam cultuados no Brasil.

Nei Lopes. *Novidade ou tradição? Subestimado por etnólogos como Verger, o candomblé angola emerge e se expande pelo Brasil*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 6, n.º 62, nov./2010, p. 38 (com adaptações).

Acerca das relações morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

38 De acordo com o autor do texto, as tradições religiosas de origem banto foram negligenciadas por estudiosos no Brasil, argumento que justifica o emprego de “resgate” (l.11).

39 As palavras de origem africana empregadas ao longo do texto são conhecidas do leitor brasileiro; por isso, prescinde-se do uso de aspas ou recursos explicativos.

40 Em “à nossa cultura” (l.2), é facultativo o uso do acento grave, o que permite sua omissão sem que ocorra erro gramatical.

41 Em “a da nação angola” (l.6), o pronome “a” retoma o elemento “forma de candomblé” (l.4).

42 O texto indica que a religião banto está presente no Brasil desde o início da colonização portuguesa.

43 Infere-se da leitura do texto que Roger Bastide e Pierre Verger eram estudiosos das práticas religiosas de origem africana.

Texto para itens de 44 a 53

1 A Convenção para a Proteção e a Promoção da
 Diversidade das Expressões Culturais lida com campos
 temáticos específicos mencionados na Declaração Universal da
 4 UNESCO para a Diversidade Cultural. São documentos cuja
 existência aponta para a necessidade de se reconhecer que os
 bens e os serviços culturais comunicam identidades, valores e
 7 significados e, por isso, não podem ser considerados meras
 mercadorias ou bens de consumo quaisquer. Por sua vez,
 também os Estados precisam tomar todas as medidas
 10 apropriadas para proteger e promover a diversidade das
 expressões culturais, garantindo o livre fluxo de ideias e obras.
 Finalmente, é necessário redefinir a noção de cooperação
 13 internacional, elemento central da Convenção, na medida em
 que cada forma de criação traz em si as sementes de um
 diálogo contínuo.

16 A Convenção lida com muitas formas de expressão
 cultural que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e
 sociedades, enquanto comunicam conteúdos culturais com
 sentido simbólico, bem como valores artísticos e culturais que
 19 se originam de identidades culturais ou as expressam. As
 expressões culturais — qualquer que seja o meio ou a
 tecnologia usada — são transmitidas pelas atividades, pelos
 22 bens e pelos serviços culturais, que, conforme reconhecido pela
 Convenção, têm uma natureza dupla (econômica e cultural).
 25 Por esse motivo, tais bens e serviços não podem ser tratados
 como objetos de negociações comerciais.

Ao focar a proteção e a promoção da diversidade
 28 das expressões culturais, a Convenção reconhece que, em um
 mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem
 direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade
 31 de expressões culturais, tanto as do seu país quanto as de
 outros. Entretanto, esse potencial ainda não se materializou
 totalmente no atual contexto global.

Revista Ciência e Cultura. Ano 57, n.º 2, abr-maio-jun/2005 (com adaptações).

Com base no texto, julgue os itens subsecutivos.

- 44 Os bens culturais são apresentados como sendo de livre acesso a todos, o que não significa que eles sejam sempre gratuitos.
- 45 É correto concluir da leitura do texto que a globalização é o principal elemento motivador da diversidade de bens culturais e da circulação desses bens nos países em desenvolvimento.
- 46 O texto classifica-se como informativo, sendo o assunto nele tratado o programa de proteção e promoção da diversidade cultural imposto às nações em nível mundial.

Julgue os itens subsequentes, relativos às relações morfofossintáticas, semânticas e discursivas do texto.

- 47 A inserção de vírgula logo após “significados” (ℓ.7) manteria a correção gramatical do texto, mas poderia alterar suas relações de coesão.
- 48 Em “resultam da” (ℓ.17), o vocábulo “da”, resultante da junção da preposição **de** com o artigo definido **a**, pode ser substituído por **na** sem que se altere o sentido original do texto.
- 49 A expressão “enquanto” (ℓ.18) tem valor concessivo, o que dá à oração por ela iniciada a função de exprimir sentido oposto ao expresso pela oração antecedente.
- 50 A substituição de “enfocar” (ℓ.27) por **exaltar** alteraria as informações veiculadas no texto, assim como suas relações semânticas e discursivas.
- 51 A forma adjetiva “livre” (ℓ.30) está empregada no singular para concordar com o elemento a que se liga: “cada indivíduo” (ℓ.29).
- 52 No último período do texto, “Entretanto” estabelece um contraste entre a promoção da diversidade de expressões culturais atual e o seu potencial ainda inexplorado.
- 53 O pronome “cuja” (ℓ.4) assume valor possessivo, motivo pelo qual poderia ser corretamente substituído por **de quem** ou por **dos quais**.

Considerando que funcionário de determinado ministério precise escrever ofício dirigido a funcionário que ocupa posição hierárquica superior à sua, julgue os itens que se seguem, no que concerne às características desse tipo de documento.

- 54 É preciso que o funcionário identifique-se como autor do ofício, devendo, pois, informar seu nome e o cargo que ocupa logo abaixo do local reservado para sua assinatura.
- 55 O trecho abaixo corresponde a fecho adequado para o documento que o funcionário deve escrever.
Subscrevo-me cortês e atenciosamente.
- 56 Caso o assunto já seja de conhecimento do destinatário, o funcionário pode redigir o ofício sem se preocupar em numerar os parágrafos ou em dar número de identificação ao documento.

Julgue os itens seguintes, acerca de correspondências oficiais.

- 57 Caso uma funcionária pública deseje comunicar ao setor de pessoal do órgão em que trabalha a necessidade de se ausentar para realizar tratamento médico, ela deverá redigir um aviso.
- 58 Em um documento encaminhado por ministro a um bispo brasileiro, deve ser empregada a forma de tratamento Vossa Excelência Reverendíssima.
- 59 A redação da correspondência oficial deve-se pautar pela correção gramatical e pelo uso de linguagem clara; por isso, palavras incomuns ou desconhecidas devem ser evitadas mesmo quando o redator tem bom domínio da língua portuguesa.
- 60 O uso de forma de tratamento específica em determinado documento é definido por critérios ligados a questões de ordem hierárquica e à área de atuação do destinatário.

HISTÓRIA DO BRASIL E POLÍTICA INTERNACIONAL

Após as primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e na grande propriedade. Ao lado da grande empresa colonial e do regime de grande propriedade, acrescentamos um terceiro elemento: o trabalho compulsório.

Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 47-8 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e o quadro geral vigente no período colonial brasileiro, julgue os próximos itens.

- 61 A cana-de-açúcar foi o principal produto agrícola de exportação do Brasil no período colonial, com produção concentrada na região de São Vicente, substituindo a extração aurífera que entrara em decadência.
- 62 No Brasil, a exploração do trabalho escravo ultrapassou a etapa de colonização e foi formalmente extinta apenas em fins do regime monárquico, com a Lei Áurea de 1888.
- 63 Ao longo do século XVIII, a mineração consolidou a ocupação do litoral do Brasil e gerou uma sociedade impermeável e essencialmente ruralizada.
- 64 A colonização do Brasil decorreu da expansão comercial e marítima europeia do início da Idade Moderna e subordinou-se às exigências de um nascente capitalismo de base comercial.
- 65 No texto, sugere-se a existência de um tripé, sob o qual se assentou a colonização do Brasil, composto por latifúndio, monocultura e escravidão.

O processo de descolonização, um tanto desacelerado pela transmigração da corte, revela-se na série de movimentos liberais e liberal-nacionais, desde as insurreições republicanistas no Nordeste, em 1817 e 1824, a Independência em 1822, prosseguindo depois na expulsão de Pedro I em 1831 e nos conflitos, levantes e revoluções do período regencial (1831-40). Quando Pedro II assumiu a Coroa com o golpe da maioria em 1840, definiu-se a “paz” do Segundo Império. Nesse percurso, o novo Estado inseriu-se no sistema mundial de dependência sob a tutela inglesa.

Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC/SP, 2008, p. 306 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o processo de independência e consolidação do Estado nacional brasileiro ao longo do século XIX, julgue os itens que se seguem.

- 66 O período regencial, vigente em face da menoridade de Pedro II, transcorreu em absoluta paz em razão da convergência e da acomodação dos interesses das elites brasileiras.
- 67 A hegemonia econômico-financeira britânica, indiscutível no transcurso do século XIX em outras partes do mundo, apenas tangencialmente se fez sentir na América Latina, incluindo o Brasil.
- 68 A Conjuração (Inconfidência) Mineira e a Insurreição Pernambucana são exemplos de movimentos libertários que antecedem à proclamação da independência do Brasil.
- 69 Por injunções da política europeia da época, a Corte portuguesa viu-se obrigada a transferir-se para a colônia brasileira, o que acabou por determinar a suspensão do elemento definidor do pacto colonial, ou seja, o monopólio de comércio.

O estabelecimento da República, a bem da verdade o estabelecimento da Federação, permitiu que as diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, e assumissem o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder. Essa era a alma do coronelismo.

Hamilton de Mattos Monteiro. *Da República Velha ao Estado Novo*. In: Maria Yedda Linhares (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 233 (com adaptações).

Considerando o texto acima e os aspectos marcantes da República brasileira em suas primeiras décadas, julgue os itens subsequentes.

- 70 O coronelismo foi fenômeno político exclusivo da Primeira República e, em certa medida, um tipo de prática política razoavelmente democrática.
- 71 Embora oligárquica, a Primeira República caracterizou-se por eleições livres, fiscalizadas pela justiça eleitoral, e por estar assentada no voto secreto.
- 72 As crises que se multiplicaram na década de 20 do século passado anunciavam o colapso da Primeira República, processo que se completou com a Revolução de 1930.
- 73 O federalismo constituiu-se em diferença marcante em relação ao Império, cuja estrutura unitária conferia amplos poderes ao governo central.

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira. O enfraquecimento da oligarquia cafeeira, o fortalecimento dos setores urbanos industriais, as pretensões políticas dos estados de segunda grandeza, o descontentamento militar, enfim, todo esse conjunto de fatores conduziu à articulação de novo pacto político. Nesse contexto, Vargas assumiu o poder, situando-se como uma espécie de árbitro dos conflitos. Com o afastamento de Vargas, em 1945, a realização de eleições gerais e a elaboração de novo texto constitucional, as principais forças políticas puderam pactuar a montagem do regime democrático.

Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmento. *A república brasileira: pactos e rupturas*. In: Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti (Orgs.). *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC, 2002, p. 462, 473 (com adaptações).

Com base no texto acima e nos aspectos marcantes da Era Vargas (1930-45) e do processo histórico brasileiro pós-1945, julgue os itens a seguir.

- 74 A Era Vargas marca o início do processo de efetiva modernização econômica do país, com a implantação da indústria de base, que teve, na Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, seu grande símbolo.
- 75 As principais forças políticas que atuaram no Brasil, entre 1946 e 1964, podem ser sintetizadas nos três grandes partidos do período: PSD, UDN e PTB.
- 76 Por meio da ruptura institucional de 1964, instalou-se no Brasil um período de exceção, com vinte e um anos de regime militar.
- 77 Com Geisel, o regime autoritário fortalece-se, fecha-se ainda mais e há a edição do Ato Institucional n.º 5, que amplia os poderes discricionários do Poder Executivo.
- 78 A eleição direta de Fernando Collor marca o fim do regime militar.
- 79 A Era Vargas teve início com a vitória do político gaúcho nas eleições de 1930.
- 80 Embora com tendência à centralização político-administrativa, a Era Vargas desconheceu um período claramente ditatorial.

A integração política e econômica da América do Sul consiste em uma das prioridades da política externa brasileira, o que pode ser evidenciado pela

- 81 convergência política, técnica e macroeconômica entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) e a Comunidade Andina (CAN).
- 82 convocação, em agosto e setembro de 2000, da primeira reunião de presidentes da América do Sul, em Brasília.
- 83 indicação, no artigo 4.º, parágrafo único, da Constituição Federal (CF), de que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul.
- 84 criação do Programa de Substituição Competitiva de Exportações, por meio do qual se buscou impulsionar o comércio entre o Brasil e os países sul-americanos, substituindo, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da América do Sul.
- 85 instituição da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), durante a reunião de presidentes sul-americanos, cujo objetivo é conectar projetos de transporte, energia e comunicações entre os doze países sul-americanos.

Entre as características da política externa brasileira contemporânea, inclui-se

- 86 a menor participação em organismos multilaterais, em prol de uma atuação diplomática mais unilateral, com o Brasil buscando atuar no cenário internacional de maneira mais autônoma, especialmente em temas como segurança coletiva, meio ambiente e direitos humanos.
- 87 a intensificação da denominada diplomacia presidencial.
- 88 a maior aproximação comercial com a China, em relação à década passada, evidenciada pelo fato de esse país ter recentemente assumido a condição de principal parceiro comercial do Brasil.
- 89 a maior integração sul-americana, com a extensão de programas como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para os demais países sul-americanos.
- 90 a expansão da cooperação científica e técnica prestada pelo Brasil a países asiáticos e africanos, por intermédio, por exemplo, da criação de Laboratórios Virtuais (LabEx) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em países desses continentes.

Em relação ao processo de globalização e às características do sistema internacional contemporâneo, julgue os itens a seguir.

- 91 Com o objetivo de realizar a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o processo de globalização vem sendo conduzido pela ONU de modo multilateral, sobretudo com o avanço das discussões entre as potências.
- 92 A globalização é caracterizada pela supremacia econômica, cultural, política e militar dos EUA, que a exercem de maneira isolacionista e unilateral.

Com relação à política externa independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (1960-1964), julgue os itens subsequentes.

- 93 Por intermédio da Aliança para o Progresso, contemporânea do presidente John Kennedy, repudiou-se o intervencionismo norte-americano nos assuntos hemisféricos, visto que essa aliança era tida como deletéria aos esforços de autodeterminação dos países latino-americanos e caribenhos.
- 94 O ingresso do Brasil no Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) e a sua participação, juntamente com Cuba, da Primeira Cúpula desse movimento, em 1961, em Belgrado, foram motivados pela política externa dos governos em tela.
- 95 Nesse período, a intensificação das relações comerciais com todos os países ensejou o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética e com Cuba.
- 96 A política externa de ambos os governos preconizava o direito de Cuba à autodeterminação, especialmente em relação à preservação das conquistas da Revolução de 1959 e ao seu direito de adotar um sistema de partido único.
- 97 No sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), admitia-se a presença de Cuba, de pleno direito; entretanto, recusava-se a política de isolamento da ilha, defendida pelos EUA na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, em Punta del Este, em 1961.

Com relação à política de apoio e diálogo do Itamaraty com as comunidades brasileiras no exterior, julgue os itens seguintes.

- 98 Entre os programas implementados pelo Itamaraty, incluem-se o Conselho de Cidadãos, os Consulados Itinerantes e o Programa de Assistência aos Presos Brasileiros no Exterior.
- 99 Na criação do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBR), preconizou-se a eleição, para a Câmara de Deputados no Brasil, de até quatro representantes, entre os brasileiros maiores de 16 anos permanentemente domiciliados no exterior.
- 100 A prestação de assistência ao cidadão brasileiro no exterior é dispensada aos nacionais brasileiros, residentes temporários ou permanentes no exterior, independentemente de estarem ou não documentados ou de estarem ou não em situação regular em relação à legislação do país ou dos países em que se encontrem.